

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS  
FACULDADE DE LETRAS — UNIVERSIDADE DE COIMBRA



# Cadernos de Geografia

## NOTAS, NOTÍCIAS E RECENSÕES

### O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO URBANO À LUZ DE UM CONCEITO DE CULTURA VIVA E VIVIDA\*

J. M. PEREIRA DE OLIVEIRA

A extensão do título deste desprezioso trabalho parece atentar contra a própria prevenção do seu autor acerca do carácter das palavras que se vão seguir.

Chamam-lhe «comunicação» pela prática corrente destes certames mas, na realidade, é menos pretencioso o seu escopo; julgo que seria melhor chamar-lhe uma reflexão — não puramente semântica — sobre uma matéria cuja importância cada vez mais vem preocupando os homens «habitantes de cidades» — se quiserem, os urbanistas — e não só...

Os homens responsáveis enquanto tal, como pessoas individuais, mas não menos responsáveis enquanto interventores, potenciais ou em acção, no âmbito das decisões ou no das aplicações técnicas, socialmente integrados, parte significativa, portanto, da consciência colectiva dos Povos.

Mas, uma reflexão essencialmente feita a partir de interrogações que a vivência, quer pela via intelectual do estudo e procura da compreensão dos fenómenos, quer pela experiência existencial consciente, continuamente cria em cada um de nós na ânsia de ir mais além e mais fundo se possível.

Será pois — mesmo assim tão somente como reflexão — que me atrevo a fazê-la em voz alta e começarei por solicitar a vossa benevolência para a sua fraqueza aumentada ainda pelo desdouro e sem-brilho da linguagem.

\* \* \*

É quasi tão velha a preocupação e a necessidade de reconstrução urbana quanto o é a existência da cidade, seja ela a bíblica Jericó ou a anatólica Çatal Yuyuk,

---

\* Comunicação apresentada ao Colóquio "Que Futuro para o Passado?" Instituto Superior de Serviço Social e Alliance Française de Coimbra, 11 e 12 de Abril de 1988. Coimbra (Auditório da Comissão de Coordenação da Região Centro).

como nos propõem recentemente os arqueólogos, atirando o fenómeno urbano para dois ou três mil anos antes da fundação das conhecidas cidades ribeirinhas dos grandes rios, quer elas sejam as de entre Tigre e Eufrates, do Indus ou do Nilo, as Ninive e Babilonia, as Moenjo Daro e Harapa ou ainda a do reformador Akenaton. Com excepções, quasi todas nos aparecem na cuidada interpretação das escavações, divididas em vários estratos, testemunho de epiciclos de existência, separados por declínios morais e decadências físicas, ou por verdadeiros ciclos onde a destruição total e refazimento se alternaram. Assim nos mostram entre outras as cinco ou seis Jericó antes da «bíblica» destruição, as outras tantas ou mais Troias que não só a de Homero, de entre apogeus e arrasamentos bélicos.

São ainda testemunho as reconstruções e os «renascimentos» gregos de um Hipodamos e continuadores, os incêndios de Roma e reconstrução sob Nero, como nos azares da guerra e da definição política dos espaços da Europa medieval o foram muitas vezes objecto cidades que reluzem nos nossos dias a gala dos seus vetustos pergaminhos urbanos entrelaçada no luzimento feérico dos modernos reclames. Lembremos ainda os incêndios como o de Londres e sua reconstrução, no séc. XVII ou o terramoto e reconstrução de Lisboa no século seguinte.

A agudeza dos problemas, por mais próximos de nós, e a reflexão e a acção que motivaram aparecem-nos, porém, mais ligadas com as necessidades de reconstrução que as maciças destruições da guerra de 39-45 nos trouxeram um pouco por toda a parte, não poupando nem vidas nem patrimónios, destruindo sítios, ambientes, cristalizações multímodas do génio criativo de gerações sucessivas.

De tudo afinal, e em constraponto dialético, nasceu uma consciência cada vez mais fundamentada e mais vivida da essência da própria Cultura e seus valores e uma mais aguda necessidade de ultrapassar o imediatismo, mesmo o compreensivelmente nascido da premência das circunstanciais carências básicas da existência, na solução ou soluções que se impunham. Mais ainda, o fenómeno alastrou das elites às massas.

Sendo o «património arquitectónico urbano» parte integrante e, quiçá, mais evidente no contexto vário e amplo do conceito de Património Cultural, também aquele cabe no entendimento da interpretação mais larga e mais profunda que o considera, na expressão do Ministro da Cultura da França de 1985, como «memória social e identidade cultural», enfim, como justificação inabalável e indefectível do direito que cada homem tem ao seu próprio passado pessoal e colectivo, de que aquele é testemunho e garante.

Na Conferência Europeia dos Ministros Responsáveis pelo Património Arquitectónico, de Outubro de 1985, em Granada, Espanha, e na sequência daquele sentido novo decorrente ainda das novas dimensões sócio-culturais do património, o Ministro da Suécia, fazendo a ligação entre estas e a noção ou a estratégia da

«conservação integrada» que no Ano do Património Arquitectónico de 1975 se impusera, não teve dúvidas em alertar para uma verificação iniludível: «O património cultural desgasta-se e desaparece hoje literalmente a uma velocidade acelerada. Para travar esta evolução, é preciso — disse — antes de mais, tomar medidas políticas que ultrapassem todos os limites sectoriais e reconheçam a prioridade aos interesses da conservação a longo prazo». E acrescentava, pondo o dedo na frida, como soi dizer, «Vivemos numa sociedade na qual os valores sociais, culturais e ambientais, estão ainda ameaçados por objectivos económicos a curto termo. A nossa sociedade — continuou — está sempre fortemente dividida e os conflitos latentes entre objectivos qualitativos e quantitativos ameaçam o nosso património cultural».

De facto, não é sem alguma incómoda persistência que se vê invocar, por exemplo, o peso das necessidades sociais na justificação do tipo de soluções que sacrificam o património arquitectónico na ara mal disfarçada da especulação fundiária.

Isto só quer dizer que o conceito de «conservação integrada» é ainda pouco respeitado ou compreendido por quem de direito e, no entanto, Ostrowski, ao criá-lo, ensinara que «se trata da conservação que tende tanto à salvaguarda do tecido histórico e à sua valorização, quanto à sua integração harmoniosa no organismo urbano em contínuo desenvolvimento, e que a sua valorização pode consistir no assegurar da subsistência de um conjunto histórico tanto quanto no fazer ressaltar a sua originalidade na medida do possível». Acentuando o seu carácter de fusão entre o Antigo e o Novo, o célebre reconstrutor de Varsóvia, afasta ao mesmo tempo todo o sentido cenográfico de uma simples restauração, ou de uma acção de preservação, enfim do que poderá entender-se em termos técnicos, o do sentido de uma «conservação integral».

Ora esta compreensão, melhor, esta dimensão, contém em si mesma a razão porque o Professor de Varsóvia perguntava se, sendo certo que a renovação das cidades tem por objectivo a sua adaptação às novas funções e é portanto, incontestavelmente necessária, porque deverá ser feita à custa do património arquitectónico e porque razão terá de ser acompanhada pelo êxodo das populações?

Nas respostas concretas a estas perguntas reside afinal todo o problema na sua complexidade, e por isso o restritivo do título destas linhas: «...à luz de um conceito de cultura viva e vivida», isto é, na contemplação integrada de uma cultura que só é digna e autêntica quando em nome do Futuro não despreze ou subalterne o Passado, nem estática e imobilista, se constitua como «anti-cultura» ao negar-se no Presente a revivificá-la pela sua própria criatividade como raiz da marca do seu tempo que sendo continuidade consciente do Passado reconhece os seus valores e acrescentando-os com as suas próprias criações, constroi o Futuro.

Cultura viva por que em contínuo devir; cultura vivida por que reconhecendo e reafirmando os seus valores, frui-os no mais elevado sentido do termo, como herança para ser acrescentada, fazendo-a a cada momento, parte da própria existência quotidiana de cada um e de todos; que pelo reconhecimento e salvaguarda dos seus valores herdados e acrescentados pode transmutar a posse individual ou privada (relegando-a para o domínio do económico que, não sendo despreciando não é fundamental), na posse colectiva desses valores culturais e, essa sim, perfeitamente social.

Seria relativamente fácil fazer uma lista de casos, exemplos deste acerto.

Mas, o valor cultural das diferentes expressões de património arquitectónico que o tornam manifestação e testemunho de cultura não se torna real por decreto. E, mesmo se o fora, antes de mais impor-se-ia estabelecer o critério ou critérios fundamentais da classificação a decretar. A referenciação jurídica da Lei não confere qualidade, reconhece-a oficialmente.

Todas as realizações materiais nascidas do esforço humano, são resultado de trabalho, de técnicas e saberes, mas também de sentidos e sentimentos, de raciocínios, de inteligência e de escolha, incluindo as ideológicas, de necessidades e de dádivas, de repetições e imitações, de invenção e de criatividade, de talento e de génio.

Da mais banal à mais invulgar, um infinito de diferenças, todas porém em concentrações complexas de reflexões e acções, consequentes ou inconsequentes.

O valor nasce da raridade qualitativa do esforço criativo e tanto se traduz pela perfeita adequação a uma simples função útil, como pela sublimação estética e deleite espiritual que induz. Tanto pão do corpo como pão do espírito.

Mas, esse valor só corresponde à dimensão essencial quando pelas portas do conhecimento e do sentimento estético adquire um estatuto de transtemporalidade mesmo que pereça e, transcendendo os aspectos formais da própria materialização passa a ser — na expressão já referida do Ministro francês — a «memória social e identidade cultural» dos grupos sociais, da pequena comunidade local à universalidade de todos os homens, enfim, à Humanidade, no sentido que a palavra tem, também ele, de transtemporal.

A aparente contradição que pode entender-se no âmbito que vai da comunidade local à universalidade de todos os homens, isto é, à Humanidade — ou se quisermos, com Leopold Shenghor — à «Civilização Universal», só poderia existir se esta não fosse, não o somatório, mas, como no brilho do diamante lapidado, o conjunto de todos os reflexos e refrações da multifacetada gema. Sim, pois que também no diamante, constituindo-o a dureza do carbono quimicamente puro, a sua «vocação» de brilho inultrapassável, só se manifesta sob o engenho do homem que nele arranca, através do delicado talhe e polimento, a perfeição física que transmuta a luz do sol na mais pura das cintilações terrestres.

Creio bem — e não é já sem tempo — que, à guiza de conclusão, poderei terminar de forma sintética. O «futuro do passado» depende de pelo menos três níveis de preocupações básicas a que importa responder:

1. Depende da formação científica e cultural que soubermos dar aos nossos filhos e ela é pluridisciplinar. Delas nascerá a consciência cívica e mesmo política fundamentada e fundamental;

2. Depende ainda da formação-componente, de cariz técnico, que, como tal, permita encarar e resolver os problemas práticos que a necessária «conservação integrada» põe, e eles são plurisectoriais;

3. Finalmente, depende de que todos compreendam e assumam que os problemas de salvaguarda e mais, da sobrevivência do Património Cultural, dizem respeito a toda a Comunidade, desde a sua célula mínima — cada indivíduo — à colectividade grupal até à nacional — o Estado — e mesmo internacional — o Conselho da Europa — ou finalmente mundial — a UNESCO.